

Textos Clássicos

Carta de um cavalheiro a seu amigo em Edimburgo

DAVID HUME

Tradução: Plínio Junqueira Smith

RESUMO DA ACUSAÇÃO*

Da *Amostra* precedente, parecerá que o autor sustenta:

1. Um ceticismo universal. Veja suas afirmações, nas quais ele duvida de todas as coisas (exceto de sua própria existência) e sustenta a loucura de fingir acreditar em qualquer coisa com certeza.
2. Princípios que conduzem ao completo ateísmo, ao negar a doutrina de causas e efeitos, quando sustenta que a necessidade de uma causa para qualquer

Esta tradução foi publicada pela primeira vez na revista *Manuscrito*, volume XX, nº 2, outubro de 1997, Campinas: CLE/UNICAMP, p. 15-27.

* **Nota do tradutor:** Após a publicação do *Tratado da Natureza Humana*, Hume foi alvo de diversas críticas e, quando tentou tornar-se professor da universidade de Edimburgo, pessoas influentes conseguiram barrar seu caminho. Hume respondeu a uma carta publicada e bastante difundida, em que era acusado de cético, ateu, negador dos princípios morais etc., com outra carta, em que se defendia anonimamente. A resposta de Hume tem duas partes: a primeira, Hume retoma todas as acusações (a “Amostra” e o “Resumo da Acusação”); e na outra, rebate as acusações. A “Amostra” constitui, basicamente, um amontoado de citações isoladas extraídas do *Tratado*, sem entretanto analisá-las ou comentá-las. O que há de importante ou substancial na acusação está contido no “Resumo da Acusação”, como Hume reconhece. Assim, dessa carta, optou-se por traduzir somente o “Resumo da Acusação” e a resposta de Hume. O leitor certamente não perderá nada com a omissão.

Hume não gostava de debates intelectuais, sobretudo os públicos. Em sua autobiografia, diz que “[e]u tinha uma firme resolução, que mantive inflexivelmente, de nunca responder a ninguém e, não sendo muito irascível em meu temperamento, facilmente me mantive à distância de disputas literárias.” Essa carta, entretanto, mostra que, pelo menos uma vez, Hume preferiu sair de sua tranquilidade e de seu temperamento pacífico, para defender-se publicamente de algumas acusações. Ao assim defender-se, clarifica alguns pontos de sua filosofia que, em uma leitura mais superficial, poderiam passar despercebidos.

começo de existência não está fundada em quaisquer argumentos demonstrativos ou intuitivos.

3. Erros que dizem respeito ao próprio ser e existência de um Deus. Por exemplo, quanto à proposição “Deus é”, diz (ou, de fato, quanto a qualquer outra coisa que diz respeito à existência) que “a idéia de existência não é uma idéia distinta que unimos àquela do objeto e que é capaz de formar uma idéia composta por união.”
4. Erros que dizem respeito a Deus ser a primeira causa e o primeiro motor do universo, pois, quanto a esse princípio, que a deidade primeiro criou a matéria, deu-lhe seu impulso original e também sustenta sua existência, ele diz que “essa opinião é certamente muito curiosa, mas parecerá supérfluo examiná-la neste lugar etc.”
5. Ele é censurável por ter negado a imaterialidade da alma e as consequências que se seguem dessa negação.
6. De ter solapado os fundamentos da moral, ao negar a diferença natural e essencial entre certo e errado, bem e mal, justiça e injustiça, tornando a diferença somente artificial e originada em convenções e pactos humanos.

* * *

I. Você vê, *estimado senhor*, que não omiti nenhuma parte da acusação, mas inseri a “Amostra” e a “Acusação”, como me foram transmitidas, sem a menor alteração. Percorrerei inteiramente, agora, o que é chamado de *Resumo da Acusação*, porque suponho que a intenção é a de que este contém a substância do todo, e somente considerarei a *Amostra* ao longo da minha resposta.

Em primeiro lugar, quanto ao *ceticismo*, do qual o autor é acusado, devo observar que a doutrina dos *pirrônicos* ou *céticos* foi considerada em todas as épocas como princípios de mera curiosidade, ou uma espécie de *jeux d’esprit*, sem nenhuma influência sobre os princípios permanentes do homem ou sobre a conduta na vida. Na realidade, um filósofo que ousa duvidar das máximas da *razão comum* e, mesmo, de seus *sentidos* declara suficientemente que não está sendo sério e que sua intenção não é avançar uma opinião que recomendaria como padrões de julgamento e ação. Tudo o que pretende com esses escrúpulos é abater o orgulho dos *meros*

raciocinadores humanos, ao mostrar-lhes que, mesmo no que respeita aos princípios que parecem mais claros e que devem necessariamente adotar a partir dos instintos mais fortes da natureza, não são capazes de alcançar uma consistência completa e uma certeza absoluta. *Modéstia*, então, e *humildade* com relação às operações de nossas faculdades naturais é o resultado do *ceticismo*, não uma dúvida universal que é impossível para qualquer homem sustentar e que o primeiro e mais trivial acidente na vida deve imediatamente desconcertar e destruir.

Como tal estado de espírito seria prejudicial à piedade? E não deveria um homem ser ridículo para afirmar que nosso autor nega os princípios da religião quando os vê tão certos quanto os objetos de seus sentidos? Se estou tão certo desses princípios quanto de que essa mesa sobre a qual escrevo agora está diante de mim, poderia mais alguma coisa ser desejada pelo mais rigoroso antagonista? É evidente que uma dúvida tão extravagante como aquela que o ceticismo pode parecer recomendar, ao destruir *todas as coisas*, realmente não afeta *nada*, e jamais pretendeu ser entendida *seriamente*, mas foi proposta como um *mero* divertimento filosófico ou teste de *engenho e sutileza*.

Essa é uma construção sugerida pela própria natureza do assunto. Ele, porém, não estava contente com isso, e expressamente declarou-o. E todos aqueles princípios, citados na *Amostra* como provas de seu ceticismo, são positivamente renunciados poucas páginas adiante e são chamados de efeitos da *melancolia* e *ilusão filosófica*. Essas são suas próprias palavras, e pode-se considerar como muito prudente que o acusador as ignore, mas é um grau de injustiça que me parece inteiramente assombroso.

Se fosse adequado empregar a autoridade em qualquer raciocínio filosófico, eu poderia citar para você a de Sócrates, o mais sábio e religioso dos filósofos *gregos*, bem como a de *Cícero* entre os *romanos*, ambos os quais levaram suas dúvidas filosóficas até o mais alto grau de ceticismo. Todos os padres antigos, bem como nossos primeiros reformadores, são copiosos em representar a fragilidade e incerteza da *mera* razão humana. E o senhor *Huet*, o erudito bispo de *Avaranches* (tão celebrado por sua *Demonstração Evangélica*, que contém todas as grandes provas da religião cristã), escreveu também um livro sobre esse mesmo assunto, no qual se esforça em reviver todas as doutrinas dos antigos *céticos* ou *pirrônicos*.

Na realidade, de onde procedem todas as várias tribos de heréticos, os *arianos*, *socinianos* e *deistas*, se não de uma excessiva confiança na mera razão humana, que

eles consideram como o *padrão* de todas as coisas e que não submeterão à luz superior da revelação? E pode alguém prestar um serviço mais essencial à piedade do que mostrar a eles que essa sua gabada razão, muito longe de explicar os grandes mistérios da trindade e encarnação, é incapaz de satisfazer-se inteiramente a si mesma com relação às suas próprias operações e deve em alguma medida rebaixar-se a uma espécie de fé implícita, mesmo nos princípios mais óbvios e familiares?

II. O autor é acusado de opiniões que conduzem ao completo ateísmo, principalmente por negar esse princípio, *que tudo o que começa a existir deve ter uma causa de existência*. Para dar-lhe uma noção da extravagância dessa acusação, devo entrar em algum detalhe. É comum entre os filósofos distinguir os tipos de prova em *intuitiva*, *demonstrativa*, *sensível* e *moral*, por meio do que pretendem *somente* indicar uma diferença entre esses tipos, não denotar uma superioridade de um sobre outro. A *certeza moral* pode alcançar um grau tão *alto* de confiança quanto a *matemática* e deve-se certamente compreender nossos sentidos entre as mais claras e convincentes de todas as provas. Ora, sendo o propósito do autor, nas páginas citadas na “Amostra”, examinar os fundamentos dessa proposição, ele usou a liberdade de questionar a opinião comum de que era fundada em *certeza demonstrativa* ou *intuitiva*, mas afirma que é sustentada por *prova moral* e é seguida por uma convicção do mesmo tipo que essas verdades: que *todos os homens devem morrer* e que *o sol nascerá amanhã*. É isso alguma coisa semelhante à negação da verdade daquela proposição, a qual realmente *um homem deve ter perdido todo o senso comum para duvidar dela*?

Mas, concedendo que ele o negou, como esse princípio conduziria ao ateísmo? Não seria matéria difícil de mostrar que os argumentos *a posteriori* a partir da ordem e curso da natureza, esses argumentos tão sensíveis, tão convincentes, tão óbvios, permanecem ainda em sua inteira força e que nada é afetado por ele exceto o argumento *metafísico a priori*, que muitos homens eruditos não podem compreender e para o qual muitos homens tanto piedosos como eruditos não aparentam dar grande valor. O bispo *Tillotson* usou um grau de liberdade nesse tópico, que eu não me permitiria de boa vontade; é no seu excelente sermão *sobre a sabedoria de ser religioso*, em que ele diz, *que o ser de um Deus não é capaz de demonstração, mas de prova moral*. Espero que ninguém pretenderá que aquele prelado piedoso teve a

intenção, com essas asserções, de enfraquecer as provas para uma existência divina, mas somente distinguir acuradamente sua espécie de prova.

Afirmo, além disso, que os próprios argumentos metafísicos para uma deidade não são afetados pela negação da proposição acima mencionada. Pode-se supor que essa negação diz respeito somente ao argumento do dr. Clarke. Muitos outros argumentos do mesmo tipo permanecem, por exemplo, o de Descartes, que sempre foi estimado tão sólido e convincente como o outro. Devo acrescentar que sempre se deve fazer uma grande distinção entre as opiniões positivas e admitidas de um homem e as inferências que outros podem tirar delas. Se tivesse realmente negado a verdade da proposição precedente (coisa que o leitor mais superficial não pode pensar que alguma vez entrou em sua cabeça), ainda assim nosso autor não poderia adequadamente ser acusado de tentar invalidar qualquer argumento que algum filósofo empregou para uma *existência divina*. Isso é somente uma inferência e construção de outros, que ele pode recusar se julgar adequado.

Assim, você pode julgar da candura de toda a acusação, quando você perceber que a designação de *um tipo de prova* para uma proposição, em vez de *outro*, é chamada de negação da proposição; que a invalidação de somente *um tipo* de argumento para a existência divina é chamada de *ateísmo positivo*; mais, que o enfraquecimento de somente *um argumento individual* desse tipo é chamado de rejeição de *toda espécie de argumento* e as inferências de outros são atribuídas ao autor como sua opinião real.

É impossível alguma vez satisfazer um adversário capcioso, mas seria fácil para mim convencer o juiz mais severo de que todos os argumentos sólidos em favor da religião natural conservam sua força inteira com base nos princípios do autor relativos às causas e efeitos e que não há sequer necessidade de alterar os métodos comuns de expressar ou conceber esses argumentos. O autor realmente afirmou que somente podemos julgar as operações de causas pela experiência e que, raciocinando *a priori*, qualquer coisa poderia parecer capaz de produzir qualquer coisa. Não poderíamos saber que pedras cairiam ou o fogo queimaria, se não tivéssemos experiência desses efeitos, e de fato, sem tal experiência, certamente não poderíamos inferir a existência de uma coisa a partir da de outra. Isso não é um grande paradoxo, mas parece ter sido a opinião de muitos filósofos e o sentimento mais óbvio e familiar nesse assunto. Mas, apesar de todas as inferências relativas a questões de fato serem assim resolvidas na experiência, essas inferências não são de maneira nenhuma

enfraquecidas por uma tal afirmação, mas, ao contrário, descobrir-se-á que adquirem mais força na medida em que os homens estão dispostos a confiar em sua experiência mais do que no mero raciocínio humano. Onde quer que veja ordem, infiro por experiência que *aí*, aí houve designio e propósito. E o mesmo princípio que me leva a essa inferência, quando contemplo uma construção, regular e bela em toda a sua armação e estrutura, o mesmo princípio me obriga a inferir um arquiteto infinitamente perfeito a partir da arte e propósito infinito que é exibido em toda a fábrica do universo. Não é essa a luz na qual esse argumento tem sido colocado por todos os escritores ocupados com a religião natural?

III. A próxima prova de ateísmo é tão inexplicável, que não sei o que fazer com ela. Nosso autor realmente afirma, de acordo com o presente, piedoso e erudito bispo de *Cloyne*, que, propriamente falando, não temos *idéias gerais* ou *abstratas* e que as idéias que são chamadas gerais são somente idéias particulares afixadas a termos gerais. Assim, quando penso em um cavalo em geral, devo sempre conceber esse cavalo como preto ou branco, gordo ou magro etc. e não posso formar uma noção de um cavalo que não tenha alguma cor ou tamanho particular. Na continuação do mesmo assunto, o autor disse que não temos idéia de existência distinta de toda existência particular. Mas um homem deve ter uma sagacidade estranha para poder descobrir ateísmo numa proposição tão inofensiva. Isso, na minha opinião, poderia ser justificado diante da Universidade de Salamanca ou de uma inquisição *espanhola*. Realmente acredito que, quando afirmamos a existência de uma deidade, não formamos uma idéia geral abstrata de existência, à qual unimos a idéia de Deus e que é capaz de formar uma idéia composta por união, mas esse é o caso com relação a toda proposição que diz respeito à existência. De modo que, por esse curso de raciocínio, devemos negar a existência de todas as coisas, mesmo de nós mesmos, da qual inclusive o próprio acusador admitirá que nosso autor está persuadido.

IV. Antes de responder à quarta acusação, devo usar a liberdade para expor uma pequena história de uma opinião particular na filosofia. Quando consideraram os vários efeitos e operações da natureza, os homens foram levados a examinar a força ou poder pelos quais esses eram realizados e se dividiram em várias opiniões nesse assunto, conforme seus *outros* princípios fossem mais ou menos favoráveis à religião.

Os seguidores de *Epicuro* e *Estratão* afirmaram que essa força era original e inerente à matéria e, operando cegamente, produzia todos os efeitos que contemplamos. As escolas *platônica* e *peripatética*, percebendo o absurdo dessa proposição, atribuiu a origem de toda força a uma causa primeira eficiente, que primeiramente a outorgou à matéria e sucessivamente a guiou em todas as suas operações. Mas todos os filósofos antigos concordavam que havia uma força real na matéria, seja original ou derivada, e que era realmente o fogo que queimava e a comida que alimentava, quando nós observávamos quaisquer desses efeitos se seguirem às operações desses corpos. Os escolásticos também supuseram um poder real na matéria, para cujas operações, entretanto, a contínua concorrência de uma deidade era necessária, bem como para a sustentação daquela existência que tinha sido outorgada à matéria e que eles consideravam como uma criação perpétua. Ninguém, até Descartes e Malebranche, jamais manteve a opinião de que a matéria não tinha força, seja *primária* ou *secundária*, e *independente* ou *concorrente*, e não poderia ser propriamente chamada senão de *instrumento* nas mãos da deidade a fim de servir aos propósitos da providência. Esses filósofos mencionados por último substituíram a noção de *causa ocasional*, pela qual era afirmado que uma bola de bilhar não movia outra por seu impulso, mas era somente a ocasião na qual a deidade, seguindo leis gerais, outorgava movimento à segunda bola. Mas, apesar de essa ser uma opinião muito inocente, jamais ganhou muito crédito, especialmente na *Inglaterra*, onde era considerada como muito contrária às opiniões populares admitidas e muito pouco sustentada por argumentos filosóficos para serem alguma vez aceitas como alguma coisa senão uma *mera hipótese*. *Cudworth*, *Lock* e *Clark* fazem pouca ou nenhuma menção dela. *Sir Isaac Newton* (apesar de alguns discípulos seus terem tomado uma direção diferente de pensamento) claramente a rejeita, ao substituir a hipótese de um fluido etéreo, não a volição imediata de uma deidade, como a causa da atração. E, em suma, essa disputa tem sido deixada inteiramente para os argumentos dos filósofos e na qual jamais se supôs que dissesse minimamente respeito à religião.

Ora, é evidentemente com relação a essa *doutrina cartesiana* de *causas secundárias* que o autor está tratando, quando diz (na passagem referida na acusação) “que era uma opinião curiosa, mas que parecerá supérfluo examiná-la naquele lugar”.

O tópico lá tratado é em alguma medida abstrato, mas acredito que qualquer leitor facilmente perceberá a verdade dessa afirmação e que o autor está longe de

pretender negar (tal como afirmado na acusação) que “Deus é a causa primeira e o primeiro motor do universo”. É, para mim, tão evidente que as palavras do autor não poderiam ter esse significado, tal como estão associadas, que eu poderia empenhar nesse assunto, não somente meu pequeno crédito como filósofo, mas mesmo todas as minhas pretensões à verdade ou crença nos negócios comuns da vida.

V. Quanto ao quinto artigo, o autor não negou em nenhum lugar, de que eu me lembre, a imaterialidade da alma no sentido comum da palavra. Ele diz somente que aquela questão não admitia nenhum significado distinto porque não tínhamos nenhuma idéia distinta de substância. Essa opinião pode ser encontrada por toda parte em mr. *Lock*, bem como no bispo *Berkley*.

VI. Chego, agora, à última acusação, que, de acordo com a opinião prevalente dos filósofos desta época, certamente será vista como a mais severa, a saber, a de que o autor destrói todos os fundamentos da moralidade.

Ele de fato negou a eterna diferença do certo e errado no sentido em que *Clark* e *Woolaston* a sustentaram, a saber, que as proposições da moralidade eram da mesma natureza que as verdades das matemáticas e das ciências abstratas, os objetos *meramente* da razão, não as sensações de nossos *gostos* e *sentimentos* internos. Ao sustentar essa opinião, ele concorda com todos os antigos moralistas, bem como com o mr. *Hutchison*, professor de filosofia moral na Universidade de *Glasgow*, quem, com outros, reviveu a filosofia antiga neste particular. Que pobre artifício citar uma *passagem isolada* de um discurso filosófico a fim de lançar ódio sobre o autor!

Quando afirma que a justiça é uma *virtude artificial*, e não *natural*, o autor parece sensível ao fato de que empregou palavras que admitem uma interpretação invejosa e, portanto, faz uso de todos os expedientes adequados, como *definições* e *explicações*, para evitá-la. Mas o acusador faz pouco caso desses expedientes. Por *virtudes naturais*, ele claramente entende *compaixão* e *generosidade* e tais que somos imediatamente levados por um *instinto natural*. E, por *virtudes artificiais*, quer dizer a *justiça*, *lealdade* e tais que exigem, junto com um *instinto natural*, uma certa reflexão sobre os interesses gerais da sociedade humana e uma combinação com outros. No mesmo sentido, mamar é uma ação natural ao homem e a fala é artificial. Mas o que há nessa doutrina que se pode supor minimamente pernicioso? Não afirmou

ele expressamente que a justiça, em outro sentido da palavra, é tão natural ao homem que nenhuma sociedade de homens e mesmo nenhum membro individual de qualquer sociedade jamais esteve inteiramente destituído de todo sentido dela? Algumas pessoas (apesar de sem nenhuma razão, em minha opinião) estão descontentes com a filosofia de mr. *Hutchison*, ao fundar tanto todas as virtudes no *instinto* e ao admitir tão pouco a *razão* e a *reflexão*. Essas deveriam gostar de descobrir que tão considerável ramo dos deveres morais estão fundados nesse princípio.

O autor igualmente tomou cuidado ao afirmar em termos positivos que não sustenta que os homens não têm obrigação de observar contratos independentemente da sociedade, mas somente que jamais teriam formado contratos, e mesmo jamais teriam entendido o significado destes, independentemente da sociedade. Ao passo que, na “Amostra”, observa-se que nosso autor oferece, além disso, a prova de que, supondo que uma promessa fosse inteligível antes de que as convenções humanas a tivessem estabelecido, essa não seria acompanhada de nenhuma obrigação moral. O leitor mais descuidado deve perceber que ele não entende *Moral* num sentido tão extenso a ponto de negar a obrigação das promessas independentemente da sociedade, sentindo que ele não somente afirma o que está acima representado, mas igualmente que as leis da justiça são universais e perfeitamente inflexíveis. É evidente que, supondo que a humanidade, em algum estado primitivo não-associado, conseguisse por algum meio chegar ao conhecimento da natureza daquelas coisas que chamamos de contratos e promessas, esse conhecimento não os colocaria sob a obrigação real, se não estivessem colocados em tais circunstâncias que dão origem a esses contratos.

Peço desculpas por ter de citar de memória e não poder mencionar a página e o capítulo tão exatamente quanto o acusador. Cheguei até este lugar por correio, não trouxe livros comigo e não posso agora, neste país, prover-me do referido livro.

Esta longa carta, com a qual lhe incomodei, foi composta numa manhã, para que eu possa gratificar seu pedido de uma resposta imediata à pesada acusação levantada contra seu amigo. Isso, espero, desculpará quaisquer imprecisões nas quais eu possa ter incorrido. Sou realmente da opinião de que teria sido melhor para o autor adiar a publicação daquele livro, não por causa de algum princípio perigoso contido nele, mas porque, com base em considerações mais maduras, poderia tê-lo tornado muito menos imperfeito por correções e revisões posteriores. Não devo, ao mesmo

tempo, deixar de observar que nada pode ser escrito tão precisa ou inocentemente que não possa ser pervertido por artes como as que se empregaram nessa ocasião. Nenhum homem jamais empreenderia uma tarefa tão invejosa como a do acusador de nosso autor, se não estivesse movido por interesses particulares, e você sabe como é fácil, por citações isoladas e parciais, perverter qualquer discurso, especialmente um de natureza tão abstrata, no qual é difícil, ou quase impossível, justificar-se a si mesmo perante o público. As palavras que foram cuidadosamente selecionadas de um amplo volume terão, sem dúvida alguma, um aspecto perigoso para leitores descuidados, e o autor, no meu entender, não pode defender-se inteiramente sem um detalhe particular que é impossível para um leitor descuidado apreender. Essa vantagem inicial foi usada por seu acusador e certamente nunca foi mais abusada do que na presente ocasião. Mas ele tem uma vantagem, eu confio, que vale cem vezes a de que o seu oponente pode gabar-se, a saber, *a da inocência*, e espero que tenha também outra vantagem, a saber, *a do favor*, se realmente vivemos num país de liberdade, onde delatores e inquisidores são tão merecidamente tidos num ódio universal, onde a liberdade, pelo menos a da filosofia, é tão altamente valorizada e estimada.

Eu sou,

senhor,

seu mais obediente e

humilde servidor.

8 de maio de 1745.